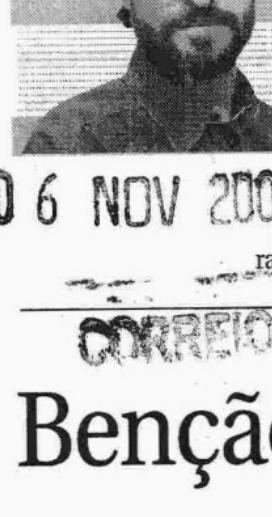


Economia - Brasil



BRASIL S/A

06 NOV 2006

por Raul Pilati

raul.pilati@correio.com.br

CORREIO BRASILEIRO

Bênção divina

Começam a surgir, plantadas aqui e ali, notícias de que o governo está preparando medidas de impacto para o segundo mandato. O objetivo seria provocar um surto de crescimento econômico não visto desde a década de 70: 5% ao ano por um longo período. Mas, a julgar pelo que vem sendo divulgado, não teremos, na verdade, nenhuma mudança na linha adotada até aqui.

Na prática o governo está esperando que a solução dos problemas brasileiros aconteça por inércia. A política econômica fica no mesmo lugar e o mundo gira a sua volta até que os entraves sejam removidos naturalmente. É a lei do menor esforço. A incógnita nessa fórmula mágica é que depende de uma variável sobre a qual o governo não tem controle, o próprio crescimento econômico.

Corte pequeno

Por exemplo, a questão dos gastos públicos, apontado pela maior parte dos economistas como o principal problema que impede o crescimento do país. Como o governo gasta muito, a arrecadação de impostos tem que ser alta e sobra menos dinheiro para investimentos privados e consumo. A chamada carga tributária da União, estados e municípios está em 38% do Produto Interno Bruto (PIB), cerca de R\$ 760 bilhões. É esse o volume de dinheiro que é produzido pela sociedade e pago pelas empresas e trabalhadores na forma de impostos, tributos e taxas.

Para cobrar menos impostos, o governo teria de gastar menos. Mas o corte planejado é apenas marginal, de 0,1% do PIB das despesas correntes ao ano. A fixação de uma meta é um sinal positivo de que há preocupação em conter o crescimento dos desembolsos. Mas em termos absolutos tem efeito cosmético. Se cumprido, quer dizer uma economia de R\$ 2 bilhões em 2007. Como referência, basta lembrar que apenas a folha salarial dos funcionários públicos vai subir 15% de 2006 para o próximo ano, passando de R\$ 109,1 bilhões para R\$ 128 bilhões. Assim, se mantiver o rigor, ao longo dos próximos quatro anos a economia será inferior a R\$ 10 bilhões, enquanto em um único item vai gastar mais R\$ 19 bilhões só em 2007.

Outra forma de verificar a situação econômica do país é utilizar como referência o PIB. A folha do funcionalismo público, segundo informado pelo *Globo* de ontem, deve cair 0,5 ponto do Produto Interno em quatro anos. Não chega a ser um desafio. Basta conceder reajuste geral dos servidores abaixo da variação

do próprio PIB, o que não é muito difícil se considerarmos que o sonho do presidente Lula e sua equipe é crescer à velocidade de 5% ao ano. Aumento da folha de 4,9% já seria suficiente para atingir a meta.

Resolução espontânea

O endividamento do Tesouro Nacional é outro problema que seria espontaneamente resolvido. O ajuste se dará pela queda da taxa de juros que corrige, entre outros, os títulos públicos vendidos no mercado financeiro.

A equipe da Fazenda traçou

como meta chegar a juros básicos reais (além da inflação) de 7,5% no próximo ano e de 5% ao final do segundo mandato.

Pela conta do ministro Guido Mantega, a redução dos juros permitirá gastar menos com o pagamento da dívida. Tanto que, calcula, a economia de 4,25% do PIB, a meta de superávit primário, será suficiente para cobrir os juros devidos anualmente.

O governo conseguiria atingir a invejável situação de déficit nominal, conta que engloba todas as receitas e despesas públicas.

Mais uma vez, na visão da equipe econômica, o mundo vai conspirar para que tudo dê certo. Afinal, a taxa de juros não é estabelecida pelo Comitê de Política (Copom), do Banco Central, para ajudar ou atrapalhar a administração da trilhionária dívida pública, de R\$ 1,1 trilhão. O objetivo da política monetária é controlar os preços ao consumidor, ou seja, a inflação. Impedir que os produtos encareçam em velocidade muito alta, mantém o poder de compra do real.

Ter convicção para traçar uma política econômica em torno da redução irreversível da taxa básica de juros é contar, como premissa, com uma inflação baixa e sem pressões extraordinárias por quatro anos. É como olhar para o céu hoje e prever se vai chover, em Brasília, às 15h37 do dia 18 de dezembro de 2010.

Sorte provada

Esse cenário maravilhoso pode se concretizar. Aliás, todo brasileiro deve torcer para que a inflação não tenha nenhum solução, a economia cresça e tudo de bom aconteça. Assim como deve desejar manter o emprego, ter renda crescente e uma aposentadoria segura. Mas, além de torcer, é preciso dedicar-se ao trabalho, aperfeiçoar-se profissionalmente e fazer uma poupança para os tempos difíceis que podem surgir sem aviso. Afinal, saber mesmo do futuro, ninguém sabe.

Portanto, os planos da equipe econômica deveriam vir acompanhados de medidas que ajudassem na realização dos desejos, não só ficar dependendo de variáveis que não estão sob seu controle. Para acreditar no controle dos gastos, deve ter um plano mais firme e profundo de corte de despesas. O que acontece se uma calamidade de grandes proporções, como encheres, exigir liberações emergenciais de recursos? A economia programada vai rapidamente pelo ralo.

Se vai inverter o sinal da dívida pública, o Tesouro deveria traçar metas que não dependam exclusivamente da redução dos juros. Ou do ingresso espontâneo de mais impostos devido a aceleração da economia. Com a sorte que o presidente Lula tem — e já provou que não é pouca —, todos os sonhos hoje em gestação no Planalto podem se realizar. Mas, quando se faz planejamento, trabalha-se para evitar os pesadelos, não para deitar em berço esplêndido à espera que o céu providencie a concretização os sonhos.

RAUL PILATI É EDITOR DE ECONOMIA